

Demonstrações Financeiras

BPG AV RCB Empreendimentos e Participações S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

BPG AV RBC Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
BPG AV RBC Empreendimentos e Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BPG AV RBC Empreendimentos e Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



David do Vale Martelli Tristão
Contador CRC SP-315830/O

BPG AV RBC Empreendimentos e Participações S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.702	68
Tributos a compensar e a recuperar		5	3
Outros ativos		132	-
Total do ativo circulante		8.839	71
Não circulante			
Debêntures	6	140.563	-
Adiantamento aquisição de imóveis	5	1.344	918
Total do ativo não circulante		141.907	918
Total do ativo		150.746	989
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	7	620	-
Fornecedores		231	19
Impostos e contribuições correntes		66	1
Total do passivo circulante		917	20
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	7	98.636	-
Total do passivo não circulante		98.636	-
Patrimônio líquido			
Capital social	9	51.407	1.100
Prejuízos acumulados	9	(214)	(131)
Total do patrimônio líquido	9	51.193	969
Total do passivo e patrimônio líquido		150.746	989

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BPG AV RBC Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstração do resultado
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Despesas gerais e administrativas	11	(42)	(41)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(42)	(41)
Receitas financeiras	12	600	7
Despesas financeiras	12	(771)	-
Resultado financeiro líquido		(171)	7
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(213)	(34)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	(29)
Prejuízo do exercício		(214)	(63)
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$		(0,02)	(0,06)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BPG AV RBC Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Prejuízo do exercício	(214)	(63)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes do exercício	<u>(214)</u>	<u>(63)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BPG AV RBC Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de Capital	Prejuízos acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.100	-	(68)	1.032
Prejuízo do exercício		-	-	(63)	(63)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.100	-	(131)	969
Redução de capital social	9	(90.069)	-	-	(90.069)
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	-	420	-	420
Integralização de AFAC no exercício		420	(420)	-	-
Absorção de prejuízo acumulado		(131)	-	131	-
Aumento de capital		140.087	-	-	140.087
Prejuízo do exercício		-	-	(214)	(214)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		51.407	-	(214)	51.193

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BPG AV RBC Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(214)	(63)
Ajustes para reconciliar prejuízo do exercício		
Imposto de renda e contribuição diferidos	-	29
Juros provisionados	620	-
Amortização custo de transação	19	-
Variações de ativos e passivos		
Tributos a compensar e a recuperar	(2)	(1)
Adiantamento para compra de imóvel	(426)	(35)
Outros ativos	(132)	34
Fornecedores a pagar	212	-
Impostos e contribuições	65	(13)
Debêntures	(140.563)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	<u>(140.421)</u>	<u>(49)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Redução de capital social	(90.069)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	420	-
Captação de empréstimos e financiamentos	100.000	-
Aporte de debêntures	140.087	-
Pagamento de custo de captação na obtenção de empréstimos	(1.383)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de financiamentos	<u>149.055</u>	<u>-</u>
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>8.634</u>	<u>(49)</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial do exercício	68	117
Saldo final do exercício	8.702	68
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>8.634</u>	<u>(49)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BPG AV RBC Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A BPG AV RBC Empreendimentos e Participações S.A. (“Companhia” ou “Rebouças”), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 15º andar, Parque da Cidade, Torre Paineira(B2), Vila Gertrudes, foi constituída em 27 de maio de 2021 e iniciou suas atividades em 18 de junho de 2021 com objeto social a exploração do ramo de incorporação imobiliária, compra e venda de bens imóveis comerciais, prontos ou a construir, terrenos ou frações ideais, a locação de imóveis, a administração de bens próprios e a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior (holding). Seu exercício social encerra-se em 31 de dezembro.

O BPG III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“FIP” ou “Fundo”), constituído sob a forma de condomínio fechado e destinado, exclusivamente a investidores profissionais, detém 100% das ações da Companhia. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado em 3 de dezembro de 2020 e iniciou suas operações em 14 de janeiro de 2021, com prazo de duração de dez anos e destinado exclusivamente a investidores profissionais nos termos e condições da CVM com objetivo de investir em sociedades de investimento que, direta ou indiretamente detenham, operem, desenvolvam ou administrem ativos de infraestrutura.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração da Companhia em 30 de março de 2026.

2. Base de apresentação e políticas contábeis materiais

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de que continuará em operação futura. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Companhia.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

BPG AV RBC Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

2. Base de apresentação e políticas contábeis materiais--Continuação

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

A Companhia não realiza operações em moeda estrangeira e atua em um único ambiente econômico, usando o Real como "moeda funcional", a qual é também a moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

b) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas levaram em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para a determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras, envolvendo riscos de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são:

- Nota explicativa nº 8 - Provisões para riscos: reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

c) Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

BPG AV RBC Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

2. Base de apresentação e políticas contábeis materiais--Continuação

2.2. Base de mensuração--Continuação

c) Mensuração do valor justo--Continuação

- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$ e foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

O montante da perda por “impairment” é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido.

As práticas contábeis materiais estão descritas a seguir:

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

BPG AV RBC Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

2. Base de apresentação e políticas contábeis materiais--Continuação

2.4. Provisões para riscos

As provisões para processos de naturezas cíveis, trabalhista, previdenciária e fiscal objeto de contestação judicial são reavaliadas periodicamente, e são contabilizadas com base na melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando o risco e incerteza nas opiniões do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável desfecho dos processos judiciais nas datas dos balanços.

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

2.5. Adiantamentos para compra de imóveis

Referem-se aos desembolsos realizados para a futura aquisição do empreendimento imobiliário Nova Paulista, registrados ao custo histórico.

2.6. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e prestadores de serviços diretamente relacionados à aquisição do empreendimento Nova Paulista.

2.7. Impostos

2.7.1. Impostos correntes

A Companhia opta em apurar os tributos pelo Lucro Real. A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social está baseada no lucro tributável anual do exercício. O lucro tributável anual difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios (diferenças temporárias), além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Imposto de Renda corrente é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável anual, acrescido do adicional de 10% sobre o montante excedente a R\$240. A Contribuição Social corrente é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável anual.

BPG AV RBC Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

2. Base de apresentação e políticas contábeis materiais--Continuação

2.7. Impostos--Continuação

2.7.2. Impostos diferidos

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado do período ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.8. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

BPG AV RBC Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

2. Base de apresentação e políticas contábeis materiais--Continuação

2.8. Instrumentos financeiros--Continuação

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

i. Classificação dos ativos e passivos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Em geral, todos os outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva.

BPG AV RBC Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

2. Base de apresentação e políticas contábeis materiais--Continuação

2.8. Instrumentos financeiros--Continuação

ii. Baixa de ativos e passivos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os ativos de contrato aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo para outra entidade. Se a Companhia não transfere ou retém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade e continua a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece sua parcela retida no ativo e um correspondente passivo em relação aos valores que a Companhia pode ter que pagar. Se a Companhia retém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade de um ativo transferido, a Companhia continua a reconhecer o ativo financeiro e reconhece ainda um empréstimo garantido em relação aos recursos recebidos.

A Companhia baixa um passivo financeiro se, e apenas se, suas obrigações são retiradas, canceladas ou quando elas vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraprestação paga e a pagar é reconhecida no resultado.

A Companhia contabiliza a modificação substancial dos termos e as condições de um passivo existente, ou parte dele, como liquidação do passivo financeiro original e baixa do novo passivo.

2.9. Resultado básico e diluído por ação

Conforme CPC 41 - Resultado por ação, o cálculo do resultado básico e diluído por ação consiste na razão entre o resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela média ponderada de ações disponíveis durante o exercício.

BPG AV RBC Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

3. Novas normas revisadas e interpretações emitidas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Data efetiva	Normas emitidas, mas não vigentes
O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027,	<p><i>IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras</i></p> <p>Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements - PFS) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Os impactos materiais iniciais esperados sobre as demonstrações financeiras da Companhia são os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none">> A receita de aluguel, a variação no valor justo de propriedades para investimento e a participação no lucro de uma coligada e de um empreendimento conjunto serão classificadas na categoria de investimento, dentro da demonstração do resultado.>As diferenças de variação cambial serão classificadas na categoria da demonstração do resultado (receita e a despesa) em que estiverem os itens que deram origem a tais diferenças de câmbio.> Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (Management-defined performance measures - MPMS); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores reapresentados de acordo com a IFRS 18 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com a IAS 1 (CPC 26 (R1)). Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo o CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congêneras estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação.

BPG AV RBC Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

3. Novas normas revisadas e interpretações emitidas--Continuação

Data efetiva	Normas emitidas, mas não vigentes
O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.	IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, ele não é elegível para a aplicação do IFRS 19.
As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.	Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 – Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As principais alterações introduzidas são as seguintes: > Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação. > Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados. > Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados. > Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI). A Companhia não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras consolidadas, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.
As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada.	Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11 Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa). Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

BPG AV RBC Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa e bancos	-	-
Aplicações financeiras	<u>8.702</u>	<u>68</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>8.702</u>	<u>68</u>

Em 31 de dezembro de 2024, as aplicações financeiras da Companhia estavam representadas, substancialmente, por operações compromissadas lastreadas em CDBs de emissão de instituições financeiras de primeira linha, sendo R\$8.702 resgatáveis em prazo inferior a 360 dias da data das respectivas operações e remuneradas a taxa de 96,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (97% em 31 de dezembro de 2024).

5. Adiantamento para compra de imóveis

A REM Construtora Ltda. pretende desenvolver um empreendimento imobiliário destinado a moradia de longo prazo, totalizando 26.993 m² de área privativa.

Durante a fase pré-operacional e de desenvolvimento do empreendimento imobiliário, a Companhia contratou estudos de viabilidade, projetos, marketing e outros contratos relacionados ao empreendimento.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia havia desembolsado R\$1.344 (R\$918 em 31 de dezembro de 2024) que serão incorporadas ao custo de aquisição do empreendimento.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Custos com aquisição	<u>1.344</u>	<u>918</u>
Total de custos com aquisição	<u>1.344</u>	<u>918</u>

6. Debêntures

O saldo apresentado no grupo Debêntures a Pagar refere-se às debêntures emitidas pelo fundo controlador, o BPG III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, que foram integralmente aportadas na BPG Rebouças como parte do processo de capitalização da Companhia.

As debêntures foram emitidas conforme a Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Conversíveis, de série única, para distribuição privada.

BPG AV RBC Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

6. Debêntures--Continuação

	<u>Quantidade emiida</u>	<u>Índice</u>	<u>Cupom (%) a.a.</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Principal</u>	<u>Juros</u>	<u>31/12/2025</u>
Debêntures	82.991.914	CDI	1,70%	29/2/2028	83.000	57.563	140.563
Saldo no final do exercício							<u>140.563</u>

Garantias, fianças, hipotecas concedidas em favor de credores

Foram oferecidas como garantias a alienação fiduciária dos bens imóveis devidamente identificados no Anexo I do Termo de Emissão das Notas Comerciais.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia estava adimplente com todas as obrigações contratuais de natureza não financeira ("covenants não financeiros") previstas nos contratos de empréstimos e financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não possuía obrigações contratuais de natureza financeira ("covenants financeiro") previsto nos contratos de empréstimos e financiamentos.

7. Empréstimos e financiamentos

	<u>Agente fiduciário</u>	<u>Banco liquidante e escriturador</u>	<u>Índice</u>	<u>Cupom (%) a.a.</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>2025</u>
Notas Comerciais Escriturais	VÓRTX	Bradesco	CDI	1,70%	28/11/2028	100.620
Custos de transação a amortizar						<u>(1.364)</u>
Saldo no final do exercício						<u>99.256</u>
					Circulante	620
					Não circulante	98.636

BPG AV RBC Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

7. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Movimentação dos empréstimos e financiamentos nos respectivos exercícios:

	<u>2025</u>
Saldo inicial	-
Captações	100.000
Juros provisionados	620
Saldo final	100.620

	<u>2025</u>
Saldo inicial	-
Custos provisionados	(1.383)
Custos amortizados	19
Saldo final	(1.364)

Saldo total	<u>99.256</u>
--------------------	----------------------

Em 24 de novembro de 2025 a BPG AV RBC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. realizou a 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, para distribuição pública. Foram emitidas 100.000 Notas Comerciais Escriturais, com valor total da emissão equivalente a R\$100.000.

Os juros remuneratórios correspondem à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI, acrescida de spread de 1,70% ao ano pagos semestralmente, com a amortização ocorrendo em uma única parcela no vencimento em 28/11/2028.

Garantias, fianças, hipotecas concedidas em favor de credores

Foram oferecidas como garantias a alienação fiduciária dos bens imóveis devidamente identificados no Anexo I do Termo de Emissão das Notas Comerciais.

Adicionalmente foi celebrado pelos investidores o Compromisso de Aporte (Equity Support Agreement), de forma a garantir o pagamento pela Emissora, o integral e pontual pagamento da Remuneração nos casos de não observância pela Emitente das obrigações pecuniárias previstas, celebrado pelas(i) BSREP III BPY HERCULES SUB LP, (ii) BSREP III HERCULES SUB-B LP, (iii) BSREP III HERCULES SUB-C LP, e (iv) BSREP III HERCULES SUB-D LP.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia estava adimplente com todas as obrigações contratuais de natureza não financeira ("covenants não financeiros") previstas nos contratos de empréstimos e financiamentos.

BPG AV RBC Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

7. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não possuía obrigações contratuais de natureza financeira ("covenants financeiro") previsto nos contratos de empréstimos e financiamentos.

8. Provisões para riscos

A Companhia constitui provisões para riscos levando-se em conta apenas os processos classificados pela Administração como prováveis de perda com base na opinião de seus assessores jurídicos e provisões integrais relacionadas às obrigações legais cuja legalidade vem sendo questionada pela Companhia. Nenhuma contingência envolvendo a Companhia possui estas características, motivo pelo qual não há provisão registrada nas demonstrações financeiras.

Não existem processos com probabilidade de perda possível ou remota sendo movidas contra a Companhia.

9. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, era de R\$51.407 (R\$1.100 em 31 de dezembro 2024), representado por 51.407.308 (1.100.000 em 2024) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 21 de novembro de 2025, foi assinada Ata de Assembleia Geral Extraordinária, deliberando sobre o aumento de capital, mediante a emissão de 140.087.208 ações ordinárias, nominativas e sem valor patrimonial, a um preço de emissão de R\$1,00, totalizando R\$140.087, totalmente subscritas e integralizadas pelo acionista realizado pelo BPG III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia "BPG FIP", por meio do aporte de 82.999.914 (oitenta e dois milhões, novecentas e noventa e nove mil, novecentas e quatorze) debêntures, que atualmente possuem o valor total de R\$140.087, vide detalhes na Nota Explicativa 6.

BPG AV RBC Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

9. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

Em 16 de dezembro de 2025, foi aprovada pelos acionistas o aumento do capital social da companhia em R\$420 com conseqüente emissão de 420.000 (quatrocentas e vinte mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, a um preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação, observando o disposto no artigo 170 § 1º da LSA, totalmente subscritas e integralizadas, nesta data, pela acionista BPG III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, mediante a capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), conforme: (i) Instrumento Particular de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital celebrado em 31 de março de 2025, no valor de R\$150; (ii) Instrumento Particular de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital celebrado em 27 de junho de 2025, no valor de R\$120; e, (iii) Instrumento Particular de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital celebrado em 30 de setembro de 2025, no valor de R\$150.

A acionista SF 855 Participações Societárias Ltda., manifestou na Assembleia, sua renúncia ao direito de preferência para a subscrição do aumento de capital da Companhia, ora aprovado.

Nesta mesma data, foi aprovada pelos acionistas a redução de capital da Companhia, no valor de R\$90.200, mediante o cancelamento de 90.200.000 (noventa milhões e duzentas mil) ações ordinárias e nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia e de titularidade da acionista BPG III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, sendo R\$131, para absorver os prejuízos acumulados e R\$90.069, por ser considerado excessivo em relação ao seu objeto social.

b) Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social ou facultado a constituição no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 193, exceder de 30% do capital social.

A Companhia apresentou prejuízo e não houve constituição de reserva legal, assim como não houve a proposição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio.

Conforme o Estatuto Social da Companhia, são garantidos aos acionistas, dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício ajustado em conformidade com a Lei das S.A.

c) Resultado por ação

Conforme CPC 41 - Resultado por ação, o cálculo do resultado básico e diluído por ação consiste na razão entre o resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela média ponderada de ações disponíveis durante o exercício.

BPG AV RBC Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

9. Patrimônio líquido--Continuação

c) Resultado por ação--Continuação

A seguir, a demonstração do cálculo do resultado Básico e Diluído por Ação:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Prejuízo do exercício	(214)	(63)
Média ponderada de ações por lote de mil ações	12.759	1.100
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	(0,0168)	(0,06)

10. Partes relacionadas

Remuneração dos Administradores

A Administração não exerceu o direito de recebimento de remuneração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

11. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Consultorias gerais e administrativas	(20)	(16)
Seguros	(3)	(7)
Auditoria Externa	(19)	(18)
Total de despesas	(42)	(41)

12. Resultado financeiro

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Rendimento de aplicação financeira	600	7
Total de receitas financeiras	600	7
Impostos e taxas sobre operações financeiras	(132)	-
Amortizações custos sobre empréstimos	(19)	-
Juros Diversos	(620)	-
Total de despesas financeiras	(771)	-
Resultado financeiro líquido	(171)	7

BPG AV RBC Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

13. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras com boas classificações de riscos ("rating") e em títulos de curto prazo. O risco de crédito é minimizado, pois os contratos de aluguel foram celebrados com cliente que possui boa situação financeira para honrar esse compromisso de longo prazo.

Os principais riscos financeiros são:

13.1. Risco de crédito

O risco de crédito ao qual a Companhia está sujeita é o crédito bancário (aplicações financeiras). No que concerne ao risco de crédito bancário, existe um comitê financeiro na Companhia que determina os limites de crédito de aplicação para cada banco, mantendo aplicações somente nos bancos de com boa classificação de "rating", nacionais ou estrangeiros.

13.2. Risco de taxa de juros

As receitas da Companhia são afetadas pelas mudanças nas taxas de juros devido aos impactos que essas alterações têm nas receitas de juros geradas a partir dos saldos de suas aplicações financeiras.

A Companhia procura reduzir estes riscos por meio da manutenção da totalidade de suas disponibilidades financeiras aplicadas a taxas variáveis, e de um cuidadoso monitoramento da evolução prospectiva dos indexadores aplicados a seus ativos e receitas.

13.3. Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez efetuando uma administração baseada em fluxo de caixa, de forma a manter uma sólida estrutura de capital e minimizar o risco derivado de saídas de caixa imprevistas ou intempestivas. Além disso, eventuais descasamentos entre ativos e passivos são constantemente monitorados.

BPG AV RBC Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

13. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

13.3. Risco de liquidez--Continuação

<u>Categoria dos instrumentos financeiros</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<u>Ativos financeiros</u>		
Custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	8.702	68
Valor justo por meio do resultado:		
Debentures	140.563	-
<u>Passivos financeiros</u>		
Custo amortizado:		
Fornecedores	231	19
Empréstimos e financiamentos	99.256	-